



Sínodo

significa "caminharmos juntos". Na Grécia antiga, como afirma Políbio no II século a.C., o termo identificava uma assembleia de caráter político. A democracia é um "caminho" feito juntamente com alguém. A palavra foi, depois, integrada no vocabulário teológico e eclesiástico (no caso, por exemplo, do "sínodo dos bispos"), e deixou de ser usada com objetivos laicos.

Ora, pelo contrário, hoje em dia mais do que nunca, a palavra sínodo deve voltar a ser usada em contextos laicos e civis.

É cada vez mais difícil caminharmos juntos. A nossa vida social e política institui, como objetivo central, o Eu viral e megafónico. O "um vale um" parece que acabou por certificar a perda do valor próprio da adição. Acreditamos, apenas, na multiplicação do próprio eu. O líder político tornou-se um número primo que catalisa o consenso, mas permanece divisível, apenas, por si mesmo, sem relações de participação e partilha. Acaba, assim, por responder, apenas, ao instinto, e falar através de gritos primitivos (ou algo muito semelhante).

O sínodo fala do poder, mas oferece uma abordagem radicalmente diferente. É feito de somas, de multiplicidade, de diferenças aceites, de escuta, de trechos de estrada partilhados e, inclusive, em ritmos diferentes, de pausas. Mas uma coisa é clara: não se faz um "sínodo" nem por contrato nem por receita, mas, apenas, quando se pensa na perspetiva de um futuro comum, a ser construído juntamente com os outros.

Se houver sapos atravessados na garganta, "caminhar juntamente com os outros" também pode ser terapêutico: faz com que eles saltem cá para fora, e deixem de ser guardados na garganta com medo de os encarmos. Se não nos libertarmos do medo, estaremos perdidos.

O papa Francisco, em 2015, ao falar em Havana, lembrou que, certa vez, visitou uma área muito pobre da capital argentina. O pároco do bairro apresentou-o a um grupo de jovens ocupados em erguer determinada construção: "Este é o arquiteto, e é judeu, este é comunista, este é católico praticante, este é ...".

O papa comentou: "Eram todos diferentes, mas todos trabalhavam juntamente em prol do bem comum". A isto chama-se sinodalidade. Francisco também lhe chama "amizade social", a que sabe conjugar direitos com responsabilidade pelo bem comum. E em Cuba acrescentou, ainda: "Um país é destruído pela inimizade... quando se destrói a capacidade de unir". Uma advertência para todos nós, hoje em dia.

O comentário é de ANTONIO SPADARO, S.J., diretor da revista *Civiltà Cattolica*, em comentário publicado por *L'Espresso*, 01-08-2019.

Estamos a poucas semanas do Sínodo da Amazônia, que se irá celebrar em Roma, no próximo mês de outubro.

Naturalmente, falar da Igreja na Amazônia, equivale a falar da “inculturação” da Igreja, já que a cultura da Igreja medieval (à qual a Igreja atual quer ser fiel) e as culturas dos povos da enorme selva amazônica, são realidades culturais tão distintas (e, em muitos casos, tão distantes umas das outras) que nos colocam, inevitavelmente, problemas teológicos, que, por ricochete, afetam toda a teologia e a Igreja inteira,



neste momento, mais que nunca, ao lado do papa

escreve JOSÉ MARÍA CASTILLO, teólogo espanhol, em artigo publicado por *Religión Digital*, 11-08-2019.

A carta do **cardeal Pell**, de que tivemos conhecimento há poucos dias, em que este

prelado se apresenta como vítima inocente, quando, na realidade e segundo os juízes, é um delinquente corruptor de menores (motivo pelo qual se encontra preso), esta carta – como ia dizendo – confirma que, efetivamente e neste momento, existe na Igreja um bloco de

importantes clérigos que, seguindo o lamentável exemplo do **cardeal Müller**, pensam, e não têm escrúpulos em afirmar e propagar, que o papa Francisco está tão errado que pode ser qualificado como um homem “herege”.

E se, de facto, **a Igreja está a ser governada por um “herege”, então a situação é grave**. Muito grave. Porque, se isso for verdade, ou o papa tem de abandonar a Igreja; ou somos nós que temos de a abandonar. A não ser que estejamos perante um grupo de homens “importantes” – ou sejam lá eles quem forem – que ocultam a sua desfaçatez com o obscuro manto da “ortodoxia”.

Pois bem, sendo esta a situação, o que pensar e o que fazer neste estado de coisas? É claro que não serei eu que irei dizer, a este ou àquele, o que deve pensar ou fazer. Limito-me a transmitir alguns dados que, talvez, possam ajudar determinadas pessoas, neste delicado momento das suas vidas.

Antes de mais nada, quero esclarecer que estou, inteiramente, de acordo com o professor **Reyes Mate**, quando afirma que o papa Francisco está a exercer, com liberdade e coragem, a função de “dessacralizar” séculos de história, em que a Igreja afirmou e sustentou aquilo que Yves Congar qualificou como o “aspeto senhorial” do mundo eclesiástico. Tenho a

impressão de que **este papa não é um homem “clerical”**. E não nos esqueçamos de que tudo o que é “clerical” é indício de privilégio e prepotência, conceitos e experiências que nada têm a ver com o Evangelho.

Nem a mensagem de Jesus se pode transmitir a partir destes pressupostos, cultivados pelos que ocupam os primeiros lugares. Nem podem pôr-se a falar de Jesus os que se empenham em colocar-se acima dos outros. Jesus discutiu com os seus discípulos precisamente por isto. Eis uma miséria humana em que incorrem muitos “homens da Igreja”.

Os “trepadores de escadas” da Igreja

É um fenómeno tanto mais frequente, quanto mais alto se sobe na “escada clerical”. É que a Igreja está organizada de modo a que, quem nela sobe (e, com certeza, sem que o próprio dê conta do que está a fazer à sua vida) pode, sem dúvida alguma, ser considerado um **“trepador de escadas”**. Trata-se de homens que aderiram, por completo, ao sistema clerical. E assim, naturalmente, alcançam fama e glória, sobretudo nas “sacristias”. Ao mesmo tempo, porém, afastam a Igreja da sua razão de ser. O que, entre outras coisas, significa converter a Igreja num museu de antiguidades sem

interesse para as pessoas, e de que estas fazem cada vez menos caso.



Mas nada do que disse é o mais importante daquilo que pretendia aqui defender. Já afirmei que, **neste momento, mais do que nunca, há que estar ao lado do papa.** E por quê exatamente agora? Estamos a poucas semanas do Sínodo da Amazônia, que se irá celebrar em Roma, no próximo mês de outubro. Naturalmente, falar da Igreja na Amazônia, equivale a falar da **“inculturação” da Igreja**, já que a cultura da Igreja medieval (à qual a Igreja atual quer ser fiel) e as culturas dos povos da enorme selva amazônica, são realidades culturais tão distintas (e, em muitos casos, tão distantes umas das outras) que nos colocam, inevitavelmente, problemas teológicos, que, por ricochete, afetam toda a teologia e a Igreja inteira.

Assim se compreende por que razão este Sínodo é tão importante, e por que está a dar tanto que falar. Entre outras razões, porque, nas comunidades cristãs amazônicas, são vividos numa forma mais premente determinados problemas

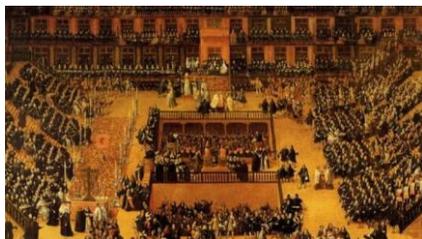
para os quais, na Europa ou nos EUA, se acaba por encontrar uma solução.

Os dois problemas, que estão a dar mais que falar, são **o celibato dos presbíteros e a ordenação presbiteral das mulheres.** Ora bem: o que há a dizer sobre estes temas, antes de mais, para falarmos com rigor, com conhecimento do que estamos a dizer e com liberdade, é que, nem o celibato dos presbíteros, nem a ordenação presbiteral de mulheres, são problemas teológicos.

O Novo Testamento nada diz sobre o celibato dos presbíteros, nem sobre o facto de as mulheres poderem ou não poderem receber o sacramento da Ordem. Estes assuntos não são problemas teológicos. São temas históricos e culturais.

Devem ser resolvidos em cada momento da história e em cada cultura, não de acordo com o que pensavam os escolásticos medievais, mas de acordo com aquilo que os cristãos mais necessitam. Jesus não fundou a Igreja para que ela fosse fiel à Escolástica, ou à forma de pensar medieval, mas para que apresentasse o Evangelho a cada tempo e a cada cultura, de acordo com as necessidades desses “tempos” e dessas “culturas”. Não se trata de “inventar” ou “acomodar” o Evangelho, de acordo

com o que nos convém ou nos interessa. Muito pelo contrário: **trata-se de nos “acomodarmos” ao Evangelho, e de não convertermos em “dogmas de fé”, o que apenas são meros “factos históricos”,** que devem ser vividos e ajustados às necessidades dos povos e das culturas, em cada momento e em cada situação da história e da sociedade.



A sétima sessão de Trento

Há, porém, uma coisa que é, com certeza, muito importante e que, possivelmente, não poucos clérigos ignoram. As afirmações da **Sessão VII do Concílio de Trento** – sessão que o concílio dedicou aos sacramentos – não constituem nem dogmas nem doutrina de fé. Pois, como consta das Atas do Concílio de

Trento (vol. 5), os “padres conciliares” não chegaram a acordo sobre a questão capital, a saber: se o que condenavam eram “heresias”, ou se se tratava de simples “erros”. Nisto se centrou o debate da Sessão VII. Não conseguiram, no entanto, **chegar a acordo.** Por isso, a introdução desta sessão limita-se a dizer o seguinte: *“para eliminar os erros e extirpar as heresias...”* (Conc. Trid., vol. 5. Denz. – Hün. 1600).

“Não sejamos, pois, mais papistas que o papa”. Pode, porventura, o papa ser ofendido e apelidado de “herege”, por não coincidir com a nossa maneira de qualificar o clero, e com o nosso empenho em manter o clericalismo, que já não tem nem a importância nem o significado que teve em séculos passados?

Se nem os temas básicos sobre os sacramentos são dogmas de fé, sê-lo-ão, porventura, assuntos mais discutidos e discutíveis, como os do celibato dos presbíteros, ou o do possível acesso das mulheres ao presbiterado?

O Novo Testamento nada diz sobre o celibato dos presbíteros, nem sobre o facto de as mulheres poderem ou não poderem receber o sacramento da Ordem. Estes assuntos não são problemas teológicos. São temas históricos e culturais.

os novos convertidos à cozinha de Deus

As cozinhas **judaica** e **muçulmana** são reguladas por rigorosos **preceitos religiosos**. Encontram, agora, seguidores inclusive entre os **cristãos**? Obcecação pelo corpo.

Há culturas que, à mesa, têm mais totens do que tabus, e outras que têm mais tabus do que totens. Em ambos os casos, a **religião** é que faz a diferença. Porque prescrições e proibições, paixões e obsessões, tradições e transgressões, quase sempre têm uma **origem sagrada**. No sentido de que as diferentes denominações usam a comida como matéria-prima para construir identidade e comunidade, para distinguir pureza e impureza, para medir a pertença e a indiferença.

O comentário é de MARINO NIOLA, publicado por *La Repubblica*, 17-08-2019.

Um duplo fio milenar congrega comida e devoção. Por trás de cada receita há um preceito, uma obrigação, ou uma proibição. O que comer, o que não comer, quando, quanto, em que dia banquetear-se, em que dias jejuar. Para nós cristãos, de fé ou de cultura, é atualmente difícil entender a conexão entre religião e alimentação. Mas para os judeus e muçulmanos, o respeito pelos mandamentos ainda é, hoje em dia, o verdadeiro termómetro da observância. Basta pensar nas proibições que os caracterizam. Em primeiro lugar, a de consumir carne malcozida, o que é expressamente proibido pela Torah e pela Sharia. Existe, pelo contrário, sinal verde para os animais que ruminam e, ao mesmo tempo, têm cascos fendidos. Cabras, ovelhas e vacas. Mas nada de coelho, porco, camelo, lebre, cavalo e burro. Sinal positivo para o peixe, desde que tenha barbatanas e escamas.

Quanto a moluscos e crustáceos, nada. Igualmente proibidas são as espécies rastejantes, como as cobras, ou as que, tendo patas, como lagartos, tartarugas e rãs, se deslocam junto do solo. No caso judaico, o manual gastronómico é sancionado, diretamente, pela lei mosaica, que no Levítico, o terceiro livro do Antigo Testamento, distingue, rigorosamente, os alimentos permitidos, kosher, dos proibidos, taref. Exatamente o que muitas suras do Corão fazem, principalmente a quinta e a sexta, opondo os alimentos permitidos, halal, aos proibidos, haram.

Neste sentido, o povo de Israel e o de Maomé têm mais tabus do que totens.

O cristianismo, por seu lado, ao contrário das outras duas religiões do Livro, é caracterizado por um número muito pequeno de tabus. Os seguidores do Messias são, absolutamente, omnívoros. E isso, também, está escrito nos textos sagrados. Começando pelos Evangelhos, onde, praticamente, não há vestígios de proibições alimentares. Até São Paulo, o grande intelectual da Igreja, afirma, na Carta aos Coríntios, que todo o animal ou planta à venda nas bancas do mercado pode ser consumido sem problemas, porque "o Senhor é a terra e tudo o que ela contém". Em suma, nada é ruim e impuro em si mesmo. O único preceito cristão é a temperança, a moderada quantidade, como antídoto ao egoísmo bulímico. Hoje em dia o ditado paulino ganha nova atualidade, de forma

secular, no mantra dietético contemporâneo que prescreve comer um pouco de tudo. Com a diferença de que não o fazemos por medo do juízo de Deus, mas por medo do inexorável veredicto da balança.

O paradoxo é que, agora, também nós, filhos da secularização, voltamos a abraçar a religião e a pedir a salvação, desta vez, porém, do corpo e já não da alma. Assim se explica o recente boom planetário da alimentação *kosher* e, em menor grau, da alimentação *halal*, que também conquista os paladares mais laicos. É uma procura em crescimento exponencial e transversal, que tem pouco a ver com os mandamentos sagrados, exceto com o da genuinidade e limpeza. Assim, mesmo aqueles que não rezam a Iavé ou a Alá, abraçam a nova crença nutricional que está a encher os supermercados do mundo inteiro com alimentos com características religiosas. Há milhões de consumidores que se convertem aos alimentos ázimos, ao *falafel*, a carne sem sangue, e até ao sal mosaico, isto é, sem aditivos. De acordo com um estudo da *Penn State University College*, 80% dos compradores de comida judaica não têm relação nenhuma com a Torah. De facto, o motivo da escolha não é o facto de pertencer a determinada religião, mas sim o rigor do controle de rabinos e imãs, sobre a preparação e embalagem de produtos que tranquilizem os consumidores. Evidentemente, a autoridade religiosa é considerada mais credível do que a autoridade alimentar. Aquele que come à moda judaica, em suma, fá-lo tanto por razões éticas como dietéticas. Acabando por sobrecarregar a religião de Moisés com funções impróprias, como a investigação dos nossos alimentos. Transformando o líder espiritual num certificador material.

Resultado: um negócio colossal. Se, no final dos anos de 1970, os produtos com características *kosher* eram

dois mil, agora são, pelo menos, cento e cinquenta mil, e em constante crescimento. E dado o apelo dessa denominação de origem consagrada, todas as grandes marcas de alimentos, incluindo as italianas, se colocam na bicha para obterem o tão esperado selo OU, concedido pela *Orthodox Union*, a primeira *holding* planetária de certificação judaica. Na sede da Broadway, opera um inflexível grupo rabínico, auxiliado por um exército de técnicos de alimentação, num cenário digno de um filme de Woody Allen.

Moral da história: estamos em pleno curto-circuito entre confiança e fé, entre segurança e salvação. Um mundo preso nas garras de milhares de medos - pesticidas, cancerígenos, transgénicos, dioxinas, gorduras hidrogenadas -, que já não sabe em quem acreditar, e que se entrega ao controle de Deus. É por isso que o alimento se tornou a nova religião, e a mesa o altar laico onde se celebra o culto do corpo.

